

O NOVO RURAL E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO: TRANSFORMAÇÕES DESTRUTIVAS DAS IDENTIDADES LOCAIS E DE OUTRAS DIMENSÕES DA VIDA

Carlos Vinícius Marques dos Santos¹
José Raimundo Oliveira Lima²

RESUMO-A pluriatividade rural diversifica as atividades econômicas no campo e garante a permanência da população, com uma melhor qualidade de vida, haja vista a valorização da vida no campo como espaço qualitativo, de moradia digna e não precário. Neste contexto, temos como objetivo neste trabalho dialogar sobre a relação entre campo como dimensão política de vida, espaço urbano e o novo rural que ora se apresenta. Quanto aos aspectos metodológicos temos como fundamento uma revisão de literatura, com base em pesquisas e estudos que nos possibilitam a delimitação do tema na dimensão do novo rural e seus efeitos em cadeia sobre as estruturas já formadas e constituídas nas comunidades rurais, especialmente no que diz respeito à organização do trabalho e aos recursos naturais (diversidade do ecossistema). Dessa maneira, a partir de todo o levantamento realizado e dos pontos abordados, este trabalho tem como resultados uma crítica ao novo rural sob a ótica da industrialização capitalista, analisando a reconfiguração dos territórios em espaços rurais, a qual tem afetado as identidades, os modelos de trabalho e a gestão das comunidades, além do consumo intensivo de seus recursos naturais. Concluímos, portanto, que o novo rural pode ser uma manifestação ofensiva contra a apropriação social, política e econômica de regiões e comunidades que tem se mostrado espaços de vida com preservação da produção da sua existência, as duras penas, garantido o que nos resta de belezas ambientais naturais preservadas, tais como biomas biodiversos capazes de indicar uma relevante perspectiva orgânica de bem viver.

Palavras-Chaves: Novo rural, campo, modo de produção, produção da existência.

1 INTRODUÇÃO

O novo rural pode ser entendido como uma nova configuração do espaço rural, a qual é "novo" por não se limitar apenas às atividades agropecuárias, mas por sua modificação e transformação pela incorporação de atividades não agropecuárias. O novo rural, dessa maneira, é tratado como um conjunto de processos agropecuários e não agropecuários. Essa dimensão se apresenta como uma aproximação, tanto em termos geográficos quanto políticos, econômicos e nas demais esferas sociais, entre a zona urbana e o espaço rural (Silva, 2002; Oliveira Júnior; Bueno; Rocha, 2021).

¹ Mestrando em Gestão, Organizações e Sociedade pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), especializando em Compliance e ESG pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP) e Graduado em Ciências Econômicas pela UEFS com mobilidade internacional na University of Minho e pela University of Coimbra.

² Professor Pleno da Universidade Estadual de Feira de Santana, da Graduação e dos Programas de Pós-Graduação em Gestão, Organizações e Sociedade (PPGGOS), Planejamento Territorial (PLANTERR) e Pós-Graduação em Rede de Ciências Ambientais (PROFICIAMB), bem como do Programa de Extensão Incubadora de Iniciativas de Economia Popular e Solidária da UEFS. E-mail: zerraimundo@uefs.br – Pesquisador PQ.

Dessa forma, a implementação de tecnologias, o aprimoramento da infraestrutura e a introdução de novos serviços têm possibilitado a diversificação de atividades no meio rural, o que nos leva à discussão sobre a pluriatividade rural. Esse processo se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades rurais e não rurais, como turismo, atividades esportivas, caça, pesca e, principalmente, industrialização, entre outras. A pluriatividade rural, diversifica as atividades econômicas no campo e garante a permanência da população, com uma melhor qualidade de vida, haja vista a valorização da vida no campo como espaço qualitativo e não precário de moradia digna. Todavia, as características demográficas e suas relações com a população são heterogêneas, o que pode não resultar de forma universalmente positiva para todos os locais. Portanto, a pluralidade nem sempre implica diversificação e melhoria (Machado; Casalinho, 2012).

Essa aproximação do urbano com o espaço rural necessita de planejamento e articulação, pois existem dinâmicas socioespaciais presentes que afetam a organização do trabalho e as questões de possibilidades sustentáveis. Na visão de Balsadi (2001), o espaço rural vem se transformando desde a década de 1960 pela incorporação de atividades não agrícolas, e tal dinâmica tem afetado os pequenos agricultores e demais participantes desses espaços mais distantes dos grandes centros urbanos. Ademais, ressalta-se, ainda segundo o autor, que a insegurança no campo foi um dos fatores no processo de incorporação de atividades não agrícolas, o que causou e tem influenciado a dependência, refletindo em crises, emergências e explorações dos produtores no campo, relacionadas aos seus espaços e territórios (Trevisol; Engelbrecht, 2024).

Essa transformação no campo, foi impulsionada pelo surgimento de novos meios tecnológicos e maquinários, que trouxeram mudanças na base técnica, social e econômica de diversas regiões do país. Esse “avanço”, todavia, aprofundou as desigualdades sociais já existentes ao possibilitar vantagens aos grandes produtores e latifundiários. Por sua vez, as comunidades tradicionais dada seus modelos de produção particulares enfrentam maiores dificuldades para sua subsistência. Como uma das inúmeras consequências desse cenário, o crescimento do modelo de produção concentrador de capital (Sousa *et al.*, 2019).

Assim, deve-se manter a relação entre o espaço físico e as interações sociais das comunidades. Uma mudança acelerada nessas bases evidencia uma reconfiguração que deixa os pequenos produtores, moradores e demais atores à mercê dos sistemas industriais do modo de produção capitalistas. Dessa forma, o território emerge como um componente ativo e político para o desenvolvimento humano, refletindo não apenas aspectos geográficos, mas também a complexidade das interações humanas e institucionais que nele se desenvolvem.

Neste contexto, observamos uma interseção destrutiva entre campo enquanto espaço político, educativo, político, enfim, de diversas dimensões de vida e novo rural. Assim, indagamos como tem se dado a relação entre campo, espaço urbano e o novo rural no Brasil? Com efeito, um problema como este não pretendemos esgotá-lo neste trabalho, mas, pretendemos como objetivo desta pesquisa, fazer uma discussão sobre a relação entre campo como dimensão política de vida, espaço urbano e o novo rural que ora se apresenta.

Essa pesquisa surge como desdobramentos das discussões no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (GEPOSDEL), inscrito no CNPq, com aderência a linha de pesquisa 2 Organizações e Sociedade, cujos seminários deste grupo culminaram com o acesso dos autores ao programa de Pós-Graduação em Gestão, Organizações e Sociedade (PPGGOS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

O PPGGOS tem como objetivo formar profissionais aptos a atuar em diversas dimensões dentro de organizações privadas, públicas e do terceiro setor, sempre alinhados com compromissos de responsabilidade socioambiental. Dessa forma, o Programa busca fomentar uma discussão aprofundada sobre o tema, promovendo uma reflexão crítica sobre o modelo de produção capitalista e suas múltiplas implicações. Estando a direcionar seus estudos para o desenvolvimento de estratégias políticas voltadas à sustentabilidade local, com ênfase na responsabilidade social. Além disso, justifica-se por seu compromisso em alinhar políticas públicas a boas práticas de governança, contribuindo para o fortalecimento da economia popular e solidária. Resultando este estudo.

A abordagem metodológica tem como fundamento uma revisão de literatura, com base em pesquisas e estudos já divulgados. A delimitação do tema trata da dimensão do novo rural e seus efeitos em cadeia sobre as estruturas já formadas e constituídas nas comunidades rurais, especialmente no que diz respeito à organização do trabalho e aos recursos naturais (diversidade do ecossistema). Enfatiza-se, especialmente, a atividade não rural, como a industrialização. Para a construção deste trabalho, foram pesquisados periódicos especializados sobre o tema, além de outras pesquisas que pudessem embasar a análise. De acordo com Galvão e Ricarte (2020), uma revisão precisa ter um nível de criticidade em relação às informações já divulgadas e um olhar atento às divergências presentes nelas.

Neste contexto, a partir de todo o levantamento realizado e dos pontos abordados, este trabalho tem como perspectiva de resultados realizar uma crítica ao novo rural sob a ótica da industrialização capitalista, analisando a reconfiguração dos territórios em espaços rurais, a qual tem afetado as identidades, os modelos de trabalho e a gestão das comunidades, além do

consumo de seus recursos naturais. Assim, além da introdução e das considerações finais temos como eixos temáticos de discussão: i) entender a complexidade da relação entre os espaços representativos do campo e do novo rural diante das construções comunitárias históricas; ii) o novo rural e a lógica do modo de produção capitalista industrial: uma abordagem crítica; e iii) espaço, território e articulação das comunidades locais em frente a inserção industrial capitalista.

2 A COMPLEXIDADE DA RELAÇÃO ENTRE OS ESPAÇOS REPRESENTATIVOS DO CAMPO E DO NOVO RURAL DIANTE DAS CONSTRUÇÕES COMUNITÁRIAS HISTÓRICAS

As populações tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caiçaras, seringueiros, castanheiros, pescadores artesanais, povos de terreiro, comunidades de faxinalenses, ciganos, entre outros, têm seus valores de uso e de trocas socio-produtivas articuladas em relação às suas características locais, dado o uso da terra, da água, do solo e demais recursos ambientais, com mínimos impactos em todo o ecossistema. Essa educação ambiental é caracterizada pela individualidade e coletividade, com respeito que vai além do consumo consciente, mas que tangencia processos de construção focados no crescimento dos elementos presentes nesses espaços, como o fomento à própria biodiversidade. Já que os conhecimentos tradicionais e saberes trazem benefícios para a sociedade de forma mais acessível. Por isso, eles precisam de maior reconhecimento, e seus direitos devem ser respeitados (Cañete, 2023).

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais. Possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Empregam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos de geração em geração. Seus modos de vida possibilitam encontrar na caça, na pesca e na extração de plantas e outros recursos, fontes de alimentação e renda. Contribuem, ao mesmo tempo, para a conservação da biodiversidade brasileira, a maior do planeta (Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025, p.1).

Na visão de Silva (2024), o sistema capitalista tem se apresentado com uma nova roupagem no espaço rural, adentrando esses ambientes e causando mudanças nas suas bases sociais, econômicas e políticas, as quais têm modificado o território e suas comunidades devido à exploração do trabalho e do meio ambiente. Desarticulando, assim, as relações de geração de renda local, geração de resíduos e o consumo excessivo dos seus recursos naturais. Essas

rápidas intervenções da indústria no campo têm fomentado os modelos capitalistas nas suas versões mais predatórias possíveis. Por mais que apresentem resultados positivos quantitativos devido à implementação de tecnologia, internet e infraestrutura, o novo rural e seus fundamentos têm causado desestabilização nas comunidades rurais, gerando tendência a resultados negativos, reflexos vistos na quebra de padrões e novos modelos de desenvolvimento.

Pode-se, então, adotar um olhar crítico, em que as relações de trocas e explorações no espaço rural podem afetar comunidades e torná-las vulneráveis adentrando, caso a sociedade em tempo não reaja. Envolve-se, então, uma grande complexidade dos diferentes resultados que podem surgir com as mudanças no espaço rural e suas influências nas estruturas e questões operacionais das comunidades. Por isso, é preciso um olhar mais atento para que haja ações que entendam os resultados da indústria nas condições do emprego, da renda e das questões ambientais (Balsadi, 2021).

Por meio dessa problemática envolvendo o novo rural e seu contexto devido à industrialização, é possível levantar uma questão que serviu como norte deste trabalho, ajudando a entender melhor a relação entre os elementos aqui tratados. Assim, é como o modo de produção do capitalismo industrial altera as relações de organização territorial, no cenário das comunidades locais, mudando sua articulação do trabalho e o consumo e controles dos seus recursos naturais.

3 O NOVO RURAL E A LÓGICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA INDUSTRIAL: UMA ABORDAGEM CRÍTICA

A exploração da indústria nas diferentes terras do espaço rural tem efeitos de longo prazo, muitas vezes de difícil recuperação e, em alguns casos, irreversíveis. Isso ocorre por diversos motivos, entre eles, a gestão desorganizada em relação ao respeito ao espaço e às populações locais, além dos modelos agroindustriais resultantes de conflitos e aglomerações. Estando, assim, a desarticular essas comunidades, com implicações diretas na política agrária e na sua democratização (Cañete, 2023).

A associação econômica no meio rural pode ser interpretada de dois pontos de vista. O primeiro diz respeito ao avanço tecnológico, à diversificação de renda e à garantia de uma melhor qualidade de vida para as pessoas e grupos familiares nas localidades. Todavia, a segunda dimensão é preocupante, pois apresenta uma roupagem de desenvolvimento, mas

carrega consigo dependências e efeitos sobre o patrimônio e sua valorização, bem como a minimização sobre a relevância da vida no campo.

De acordo com Trevisol e Engelbrecht (2024), o Brasil tem se destacado como um dos países com as maiores marcas de concentração e exploração por seu colonizador, em comparação com outros países. Isso tem influenciado as concentrações de terras e a formação dos grandes latifúndios no país, como é ressaltado por Machado e Casalinho (2012).

Esse processo resultou na organização das terras e na formação da desigualdade, e essa dinâmica refletiu em um sistema de concentração de capital que, mesmo no campo, exclui e marginaliza grupos que hoje sofrem com a junção dessas práticas capitalistas aos seus modelos de produção. Nesse cenário, no campo se formou o agronegócio em suas estruturas capitalistas, e o desenvolvimento do novo rural, aliado à aproximação da região urbana industrial, intensificou a exploração, a competição e a apropriação das comunidades locais.

No contexto ambiental intensifica a exploração, e a indústria começa a poluir e gerar resíduos de forma mais acelerada, especialmente no espaço rural. Exemplos disso são a mecanização intensiva e o uso de venenos agrícolas. Isso afeta as nascentes dos rios, o uso intensivo da terra e polui o ar devido às emissões de gases e resíduos, além de que essa nova industrialização do campo não tem gerado a renda e os empregos internos preconizados ao país, nem benefícios mínimos como se verifica na agricultura familiar, por exemplo. Essas consequências sociais, ambientais e climáticas, tendem a se agravar, resultando na degradação de todo o ecossistema, afetando a geração atual e as futuras nas comunidades locais. O novo rural, assim, tem sido estimulado pelo capital movido pelas grandes instituições, refletindo um movimento internacional que, em todo o mundo, adquire mais terras e maiores participações no campo da cadeia produtiva do agronegócio (Cañete, 2023).

É possível, desta maneira, dialogar sobre a inserção da indústria no campo, dado que uma desarticulação política local provoca alterações e quebras de padrão de vida social-local, regional ou territorial. Em suma, os grandes empreendimentos industriais são fortemente articulados e detentores de uma força financeira e estrutural que condicionam ao enfraquecimento das relações nas comunidades onde estão inseridos. Além disso, existe a reconfiguração do território devido ao deslocamento, tanto de entrada quanto de saída, das pessoas, em especial do jovem que desiste de viver do/no campo. Este fenômeno torna-se mais preocupante, tendo em vista que a indústria expulsa trabalhadores do campo quando estes não se adequam aos padrões exigidos de produção, o que reflete numa massa de pessoas sem rendimentos e sem terras (Trevisol; Engelbrecht, 2024).

Por mais que o novo rural tenha como objetivo diversificar os elementos produtivos no campo, isso pode impedir a articulação da economia local e causar problemas no seu desenvolvimento econômico, tornando a economia menos resiliente, haja vista a impositividade da economia de mercado industrialmente. Esse debate sobre as mudanças da estrutura gera uma tensão entre a expansão do capitalismo no campo e sua relação predatória com as comunidades locais. De uma perspectiva geral, diferentes pesquisas têm abordado olhares sobre a indústria em regiões não urbanas e seus efeitos em diferentes dimensões.

De uma perspectiva marxista, as comunidades locais, que estão à margem do sistema capitalista, sofrem constantes pressões, refletindo na criação de uma massa assalariada sem poder e sem perspectivas de resistência devido às questões impostas pelo modelo de mercado. Muitas vezes, essas comunidades recebem uma remuneração mais baixa do que receberiam se estivessem mais articuladas, além de que não depõe de previdências ou outros direitos sociais, vivendo a margem de uma sofrida aposentadoria rural muito mais como um benefício governamental do que como algo resultante da riqueza que produz, preserva ou é capaz de potencializar ao seu modo.

Esse conflito em relação às atividades produzidas no campo gera problemas no formato de uso da terra e de todos os seus recursos. O capital, ao investir cada vez mais nos espaços locais de comunidades tradicionais e seu uso inadequado e explorador, gera uma desigualdade por meio da apropriação, além de destruir as formas locais de produção da existência das comunidades.

A partir disso, questiona-se o novo rural e suas modalidades no sistema industrial capitalista, refletindo e criticando como sua atuação vem interferindo nas estruturas das relações entre as comunidades locais e o meio ambiente, devido à exploração do trabalho e dos seus recursos naturais. Assim, as diferentes dimensões do espaço são afetadas devido à inserção predatória da indústria, porque, ao longo das formações, o espaço se torna algo simbólico, carregando identidade e práticas próprias, que têm perdido sua posição e importância (Correia, 2017). Neste contexto, a possibilidade de criação de valor socialmente referenciado a partir do modo de vida e produção da existência das comunidades estão sendo, não raro, invisibilizados ou pejorativizar anti a produção hegemônica do modo de produção capitalista no campo.

4 ESPAÇO, TERRITÓRIO E ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES LOCAIS FRENTE A INSERÇÃO INDUSTRIAL DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

Segundo Silva (2024), o espaço rural tem sofrido alterações ao longo dos anos em suas dimensões espaciais, causando uma ruptura no ambiente e nas características das populações originárias. As diferentes formas de desenvolvimento, devido ao processo de globalização e ao modelo industrial capitalista, têm adentrado no campo e causado rupturas nas características que foram formadas e construídas historicamente, prejudicando as estruturas já constituídas pelas pessoas em volta do respeito e preservação do meio ambiente. Tem-se por exemplo interferências ou gestão da religião, alimentação, modelo de economia local e outros fatores inerentes a essas comunidades. Também é passível de discussão que a modernização promovida pela indústria no sistema capitalista tem afetado a economia de diversas comunidades e sua forma de organização. Assim, os efeitos no meio rural têm maiores consequências nas mudanças e transformações em comunidades mais vulneráveis, sejam elas ribeirinhas, de agricultores familiares, entre outras, que ficam à margem do sistema capitalista.

Dessa maneira, os espaços e territórios podem ser entendidos, dentro do espaço rural, através da sua relação com as dinâmicas e processos internos já existentes. Isso vai além de uma simples dimensão geográfica, incorporando a formação cultural, os processos econômicos e a relação com a natureza. Por isso, a articulação eficaz do território desempenha um papel fundamental na geração de trabalho e renda, dado o fortalecimento das bases do desenvolvimento endógeno, sendo necessária uma articulação que tenha em vista a sustentabilidade das comunidades locais em torno das suas condições de vida (Melo, 2013).

Oliveira Júnior, Bueno e Rocha (2021) destacam que o processo de planejamento no meio rural é complexo e necessita de atenção e instrumentos que possam, de fato, estimular o desenvolvimento humano das comunidades, com ênfase para as localidades rurais com maior vulnerabilidade. Isso se deve ao fato de que as mudanças nos espaços rurais, ao afetarem toda uma estrutura já formada, exigem a ação do governo para controlar e mediar, oferecendo suporte à dinâmica para garantir um melhor bem-estar ou bem viver comunitário.

Neste contexto, as políticas públicas se fazer relevante se engajadas nos movimentos em defesa do campo. Para que elas alcancem sua máxima eficiência e eficácia, é fundamental assegurar a participação ativa dos agentes locais. Essa inclusão é essencial para viabilizar o suporte técnico, adaptar as políticas às especificidades de cada contexto e fornecer a assistência técnico-científica necessária para o manejo adequado das suas atividades, evitando a exploração de seu trabalho e dos seus recursos naturais ambientais.

Ainda na visão de Oliveira Júnior, Bueno e Rocha (2021), o espaço rural tem apresentado maior relevância no cenário produtivo e atraído o interesse de iniciativas produtivas, o que tem direcionado seus esforços ao campo, resultando em arranjos cada vez

mais complexos, que envolvem um aglomerado de características nesses espaços. A partir das novas interações, os elementos econômicos, políticos e culturais dentro do campo são alvo de mudanças e precisam ser acompanhados de planejamento (Correia, 2017; Trevisol; Engelbrecht, 2024).

Na visão de Trevisol e Engelbrecht (2024), o modelo capitalista tem adentrado no campo por meio da industrialização, o que tem causado implicações ou externalidades negativas para o desenvolvimento das economias locais. Além disso, a inserção do capital e da lógica de mercado também têm tido efeitos na exploração da identidade cultural, por meio da exploração do trabalho, gerando também impactos ambientais no campo. De acordo com os autores, o novo rural tem ampliado a dominação e a apropriação dos grandes capitalistas sobre as comunidades locais, intensificando uma estrutura produtiva no campo, pela monocultura, envenenamento do ambiente, bem como implementação de maquinário pesado que muda as características edafoclimáticas. Para tanto, quando existe a apropriação, isso contribui para a eliminação dos traços locais, incorporando um modelo assalariado e utilizando um formato predatório da cultura, do ecossistema e de seus elementos, pois o foco está nos lucros. Isso gera uma desintegração das economias já existentes, refletindo em problemas de identidade e cultura local.

Diferentemente das comunidades locais, que utilizam o espaço como fonte de renda, mas que, em sua maioria, possuem um vínculo histórico, geográfico e de pertencimento local, em muitos casos, a participação da indústria proporciona uma falta de articulação política e, a longo prazo, causa uma dependência de agentes externos (Casalinho, 2012).

O debate sobre as relações das comunidades locais e a inserção predatória da indústria no campo perpassa uma temática geral e política sobre o planejamento territorial e as políticas públicas no contexto do capitalismo moderno. De um lado, as comunidades locais se constituem nos mais diversos espaços rurais, com suas dinâmicas e organização específicas, as quais carregam pertencimentos locais e utilizam seu espaço como forma de sustento e articulação política e criação de um valor de uso e de troca historicamente construído. Enfatiza-se, assim, o vínculo das comunidades com seus territórios, por estarem relacionadas à construção de suas histórias e à ocupação das tradições, que são passadas de geração a geração, especialmente no modelo de produção (Correia, 2017).

Essa relação de pertencimento favorece uma gestão participativa, associativa e cooperativa entre os demais atores, o que influencia em mobilizações sociais mais ativas, permitindo a lutar por seus direitos e suas influências ou efeitos orgânicos em políticas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que a presença da indústria no campo possa trazer benefícios e diversificação nas suas bases produtivas, assim como a geração de empregos e o crescimento econômico, é necessário discutir o formato e os demais resultados que podem afetar as comunidades locais residentes no espaço rural. Como exemplo, pode-se citar o enfraquecimento da participação social, a reconfiguração do uso do espaço e os impactos ambientais e sociais a revelia dos verdadeiros viventes do espaço/campo.

Isso ocorre porque a participação da industrialização capitalista no campo gera uma dependência externa que, a longo prazo, pode se tornar mais complexa, especialmente quando as comunidades locais dependem de forma exclusiva das atividades econômicas da indústria. Esse contexto reflete negativamente quanto a fragilidade da tomada de decisões, na dificuldade de diversificação econômica e na própria vulnerabilidade socioeconômica da vida no campo, como por exemplo o desaparecimento das escolas identificadas com ensino orgânico aos ambientes específicos..

Ademais, a participação e articulação social dos agentes locais são fundamentais para o fortalecimento econômico e político, sendo essenciais para um planejamento que garanta um desenvolvimento humano com sustentabilidade. As comunidades precisam ter voz e direito nas suas relações e trocas com seus territórios. Por isso, o debate envolvendo o capitalismo predatório no campo, por meio de uma roupagem do “novo rural”, modernização e diversificação das atividades nos espaços rurais, não traz nada de “novo” e sim a ampliação da hegemonia do modo de produção capitalista em toda esfera de vida humana na terra.

Devendo ser tema central dos diálogos e debates, indicando o processo de luta contra a apropriação social, política e econômica de regiões e comunidades colocadas à margem do sistema capitalista, mas que são espaços de vida com preservação clara dos modos de produção da existências, que tem garantido o que nos resta de belezas ambientais preservadas, bem como biomas biodiversos capazes de indicar uma relevante perspectiva orgânica de bem viver.

REFERÊNCIAS

BALSADI; Otavio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-11, 2001.

CORREIA, Ana Paula Lopes de Souza. O desenvolvimento do capitalismo no meio rural e suas consequências para o campesinato. *Boletim dataluta, [S. l.]*, v. 10, n. 110, 2017.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/BD/article/view/52813>. Acesso em: 18 fev. 2025.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logcion.2019v6n1.p57-73.

MACHADO, A. M. B.; CASALINHO, H. D. Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária. **Revista Nera**, [S. l.], n. 17, p. 65–80, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i17.1352.

MELO, A. P. dos S. de. **Desenvolvimento local sustentável: uma aproximação conceitual**. 2013. Monografia (Tecnologia em Gestão Pública) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Cachoeira, 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA. **Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/povos-e-comunidades-tradicionais/povos-e-comunidades-tradicionais-EN>. Acesso em: 19 fev. 2025.

OLIVEIRA JÚNIOR, Marcos Antonio Cavalcante de; BUENO, Paulo Henrique de Carvalho; Glairton Cardoso ROCHA. O novo rural brasileiro: dinâmicas socioespaciais e seus planejamentos. **Revista Equador (UFPI)**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 245 – 268, 2021.

RAVENA CAÑETE, T. M. “Populações tradicionais”: origens, definições e usos dentro da antropologia brasileira. Vivência: **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 1, n. 61, p. 25-358, 2023. DOI: 10.21680/2238-6009.2023v1n61ID28044.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. 2 ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 2002.

SILVA, Rhafic Concolato da. O “novo rural”: uma ruptura paradigmática. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 1-21, 2024. DOI: 10.23900/2359-1552v13n2-45-2024.

SOUSA, Kelyane Ribeiro *et al.* Modernização: desigualdades sociais no campo entre a comunidade extrativista e o grande produtor. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, Porto Velho, v. 11, n. 3, p. 1-14, 2019.

TREVISOL, Vantuir; MARIZE, Rauber Engelbrecht. O modo de produção capitalista no espaço rural e a questão agrária: alguns apontamentos. *In*: XVIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 18., Brasília, 2024. **Anais [...]**. Brasília: BEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 2024. p.1-16. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02665.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2025.